DocuSign Envelope ID: B3C6329A-01A6-4238-8661-90D4ABE5D371

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

CNPJ nº 97.528.044/0001-20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, permanecendo à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 11 de abril de 2024

A Administração

Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2023 - Em reais

Balanços patrimoniais

Ativo		2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.200.175	1.406.372
Contas a receber	5	4.056.502	4.643.993
Adiantamentos		1.082.080	972.429
Impostos a compensar	6	726.807	424.461
Estoques	7	890.011	829.540
Tributos diferidos	8	1.077.701	577.332
Partes relacionadas	9	7.517.307	5.512.686
Outros ativos		208.488	187.187
		17.759.071	**14.554.000**
Não circulante			
Carta de crédito	10	2.538.909	2.053.859
Bloqueio judicial		118.328	51.600
Depósito judicial		197.740	197.740
Outros valores a receber	11	3.186.040	3.186.040
Investimentos	12	900.823	771.895
Imobilizado	13	18.759.318	26.779.818
		25.701.158	**33.040.952**
Total do ativo		**43.460.229**	**47.594.952**

Passivo e patrimônio líquido		2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	12.079.577	12.667.687
Fornecedores		877.927	1.028.760
Obrigações trabalhistas	14	7.135.504	6.456.465
Obrigações fiscais	15	798.695	812.107
Adiantamento de terceiros		19.350	-
Parcelamentos de impostos	17	207.664	239.773
Acordos a pagar		536.312	628.661
Outras contas a pagar		193.588	297.615
		21.848.617	**22.131.068**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	11.833.301	14.264.813
Parcelamentos de impostos	17	1.048.977	1.451.969
Provisão para demandas judiciais	18	79.061	-
		12.961.339	**15.716.782**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	7.477.925	7.477.925
Reserva de capital		2.787.785	2.787.785
Reserva legal		174.434	174.434
Reserva de lucros		945	945
Prejuízos acumulados		(1.790.816)	(693.987)
		8.650.273	**9.747.102**
Total do passivo e patrimônio líquido		**43.460.229**	**47.594.952**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social		Reserva de	Reservas de lucros		Prejuízos	
	Capital subscrito	a integralizar	capital	Reserva legal	Reserva de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.000.000**	**(920.330)**	**-**	**174.434**	**2.000.945**	**-**	**9.255.049**
Reversão do capital a integralizar	(920.330)	920.330	-	-	-	-	-
Subscrição de ações	398.255	-	-	-	-	-	398.255
Prêmio na emissão de ações	-	-	2.787.785	-	-	-	2.787.785
Distribuição de lucro	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(693.987)	(693.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.477.925**	**-**	**2.787.785**	**174.434**	**945**	**(693.987)**	**9.747.102**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.096.829)	(1.096.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.477.925**	**-**	**2.787.785**	**174.434**	**945**	**(1.790.816)**	**8.650.273**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados

	2023	2022
Receita bruta		
De serviços	100.953.308	98.870.224
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos sobre faturamento	(2.019.066)	(1.976.605)
Receita líquida	**98.934.242**	**96.893.619**
(-) Custo de serviços prestados	(80.820.649)	(80.942.973)
Lucro bruto	**18.113.593**	**15.950.646**
Receitas (despesas) operacionais		
Com pessoal	(7.955.083)	(7.568.720)
Administrativas	(6.443.237)	(6.740.798)
Serviços de terceiros	(2.065.945)	(1.578.314)
Taxas	(156.461)	(173.916)
Outras receitas	665.000	2.578.907
Outras despesas	(456.989)	(278.263)
	(16.412.715)	**(13.761.104)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.700.878**	**2.189.542**
Receitas financeiras	184.376	115.122
Despesas financeiras	(3.482.452)	(3.342.987)
Prejuízo antes dos impostos	**(1.597.198)**	**(1.038.323)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido 20	500.369	344.336
Imposto de renda e contribuição social - corrente 20	-	-
Prejuízo líquido do exercício	**(1.096.829)**	**(693.987)**
Ações do capital integralizado, na data do balanço	7.477.925	7.477.925
Prejuízo líquido por ação (em R$)	(0,14668)	(0,09280)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	**(1.096.829)**	**(693.987)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.096.829)**	**(693.987)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**(1.096.829)**	**(693.987)**
Ajustes por:		
Depreciação	9.115.751	10.221.157
Provisão para contingências	79.061	-
Resultado na venda do imobilizado	(665.000)	(1.506.000)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	587.491	988.900
Adiantamento	(109.651)	(954.761)
Impostos a recuperar	(302.346)	(394.566)
Estoque	(60.471)	(114.362)
Tributos diferidos	(500.369)	(344.336)
Outros ativos	(21.301)	722.485
Carta de crédito	(485.050)	(563.530)
Bloqueio judicial	(66.728)	5.825
Depósito judicial	-	(32.970)
Outros valores a receber	-	(3.186.040)
Fornecedores	(150.833)	(711.538)
Obrigações trabalhistas	679.039	1.504.513
Obrigações fiscais	(13.412)	144.475
Adiantamento de terceiros	19.350	-
Acordos a pagar	(92.349)	628.661
Parcelamentos de impostos	(435.101)	(443.035)
Outras contas a pagar	(104.027)	(26.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**6.377.225**	**5.244.653**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em terminais	(128.928)	(493.658)
Aquisição do ativo imobilizado	(1.095.251)	(10.238.740)
Receita com vendas de imobilizado	665.000	1.506.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(559.179)**	**(9.226.398)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	11.336.862	12.853.457
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(14.356.484)	(11.638.138)
Distribuição de lucro	-	(2.000.000)
Emissão e subscrição de ações	-	3.186.040
Partes relacionadas	(2.004.621)	350.082
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**(5.024.243)**	**2.751.441**
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	**793.803**	**(1.230.304)**
No início do exercício	1.406.372	2.636.676
No final do exercício	2.200.175	1.406.372
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	**793.803**	**(1.230.304)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2023

1. Contexto operacional: A Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (denominada de "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, fundada em 25 de maio de 2011, é uma sociedade anônima fechada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Em 1 de agosto de 2017, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo a alteração de endereço da Companhia para a Rua Marco Giannini, 533, Jardim Gilda Maria, São Paulo - SP, CEP 05550-000. Em 24 de maio de 2019, foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2018/0003187-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 64/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D13 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 6 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês. E, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D13, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n° 6.404/76 com alterações da Lei n° 11.638/07 e Lei n° 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas, julgamentos e premissas, o que exige da Administração julgamento para aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda as áreas nas quais as premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações contábeis. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **d. Demonstração de resultados abrangentes;** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **e. Julgamentos e estimativas contábeis;** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas: • Redução ao valor recuperável - *impairment* e vida útil de imobilizado - nota n° 14

• Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade - nota nº 15 **f. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros ou não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Reconhecimento inicial e mensuração**: Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. **Mensuração subsequente -** *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando: • os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram; • a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro; • a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou • a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiro. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações contábeis como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **(ii) Passivos financeiros:** A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações contábeis se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. **h. Contas a receber de clientes:** O contas a receber é composto por valores efetivos de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. **i. Estoques:** O estoque está avaliado pelo valor do custo médio, acrescido de sobra ou reduzido pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **j. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2023, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e provável de um recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **m. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **n. Imposto de renda e contribuição social;** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável por redução e suspensão excedente de R$ 20 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, podendo deduzir 100% do prejuízo do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **3. Normas, alterações e interpretações:** As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*; • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"); Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Caixa e equivalentes em caixa**

	2023	2022
Caixa e bancos	1.269.328	579.899
Aplicações financeiras	930.847	826.473
	2.200.175	**1.406.372**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Contas a receber:** Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2023, decorrem da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transporte. **6. Impostos a recuperar**

Descrição	2023	2022
IRRF sobre aplicação financeira	75.453	73.371
IRPJ a compensar	451.574	238.151
CSLL a compensar	199.780	112.939
	726.807	**424.461**

7. Estoques: O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional. **8. Tributos diferidos - Ativo**

Descrição	2023	2022
IRPJ diferido	792.427	424.509
CSLL diferido	285.274	152.823
	1.077.701	**577.332**

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

9. Partes relacionadas

Descrição	2023	2022
Alfa Rodobus Participacões S.A.	915.513	-
Cooperativa de Trabalho dos Condutores Autônomos	6.601.794	5.512.686
	7.517.307	**5.512.686**

10. Carta de crédito: Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos. **11. Outros valores a receber:** Refere-se aos valores a receber pela subscrição e prêmio na emissão de ações. **12. Investimentos:** Conforme item 3.49 do contrato, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. **13. Imobilizado**

		2023			2022
Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	25%	70.141.269	(54.974.282)	15.166.987	22.705.865
Equipamentos de informática	20%	334.571	(182.918)	151.653	212.260
Máquinas e equipamentos	10%	271.904	(154.245)	117.659	149.363
Equipamentos embarcados	10%	2.359.130	(1.198.772)	1.160.358	1.404.395
Ferramentas	10%	104.942	(51.318)	53.624	69.597
Móveis e utensílios	10%	467.670	(68.715)	398.955	403.530
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10%	1.915.962	(205.880)	1.710.082	1.902.169
		75.595.448	**(56.836.130)**	**18.759.318**	**26.779.818**

Movimentação do custo

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Veículos	70.016.427	1.089.372	(964.530)	70.141.269
Equipamentos de informática	334.571	-	-	334.571
Máquinas e equipamentos	271.904	-	-	271.904
Equipamentos embarcados	2.353.251	5.879	-	2.359.130
Ferramentas	104.942	-	-	104.942
Móveis e utensílios	467.670	-	-	467.670
Benfeitoria em imóvel de terceiros	1.915.962	1.913.762	-	1.915.962
	75.464.727	**1.095.251**	**(964.530)**	**75.595.448**

Movimentação da depreciação

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Veículos	(47.310.562)	(8.628.250)	964.530	(54.974.282)
Equipamentos de informática	(122.311)	(60.607)	-	(182.918)
Máquinas e equipamentos	(122.541)	(31.704)	-	(154.245)
Equipamentos embarcados	(948.856)	(249.916)	-	(1.198.772)
Ferramentas	(35.345)	(15.973)	-	(51.318)
Móveis e utensílios	(64.140)	(4.575)	-	(68.715)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(81.154)	(124.726)	-	(205.880)
	(48.684.909)	**(9.115.751)**	**964.530**	**(56.836.130)**

14. Obrigações trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	996.152	1.267.742
Férias a pagar	303.895	271.368
INSS a recolher	814.549	817.105
FGTS a recolher	145.578	256.370
Pró-labore a pagar	178.894	98.435
Provisão de férias	4.534.265	3.661.956
Outros	162.171	83.489
	7.135.504	**6.456.465**

15. Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
INSS - Desoneração	533.384	561.873
IRRF a recolher	256.529	243.497
Outras	8.782	6.737
	798.695	**812.107**

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2023	2022
Capital de giro	0,60% a 1,60% a.m.	10.190.496	3.420.584
Financiamento	0,74% a 1,70% a.m.	13.722.382	23.511.916
		23.912.878	**26.932.500**
	Circulante	12.079.577	12.667.687
	Não circulante	11.833.301	14.264.813

Movimentação de empréstimos e financiamentos

			Provisão	Pagamento		
Modalidade	2022	Captação	de juros	Principal	Juros	2023
Capital de giro	3.420.584	10.673.532	959.218	(3.903.620)	(959.218)	10.190.496
Financiamento	23.511.916	663.330	1.747.348	(10.452.864)	(1.747.348)	13.722.382
	26.932.500	**11.336.862**	**2.706.566**	**(14.356.484)**	**(2.706.566)**	**23.912.878**

17. Parcelamentos de impostos

	2023	2022
Curto prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	68.755	79.780
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	138.909	159.993
	207.664	**239.773**
Longo prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	342.859	478.681
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	706.118	973.288
	1.048.977	**1.451.969**

a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Demais Débitos - PRT, dos tributos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 180 parcelas. **b)** Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Débitos Previdenciário - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas.

18. Provisão para demandas judiciais: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. ***Passivos contingentes - risco de perda possível:*** A Companhia possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 6.936.076 (R$ 5.072.103, em 2022), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

19. Patrimônio líquido - Capital social: O capital social é de R$ 7.477.925, sendo 6.333.670 ações ordinárias nominativas com direito à voto e 746.000 ações preferenciais nominativas sem direito à voto.

20. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(1.597.198)	(1.038.323)
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício à alíquota nominal	**543.047**	**353.030**
Ajustes dos tributos sobre o lucro		
Outras diferenças permanentes	(42.678)	(8.694)
	500.369	344.336
Alíquota efetiva	31%	33%
Tributo corrente	-	-
Tributo diferido	500.369	344.336

21. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações suplementares: Em 31 de dezembro de 2023, a partir dos saldos apresentados no balanço patrimonial acima, a Companhia apresentava os seguintes índices:

Índice contábil	Índice calculado
Liquidez Corrente	0,8128
Liquidez Geral	0,6837
Liquidez Seca	0,7721
Quociente de Solvência	1,2485
Endividamento Total	0,8010

Willamys da Silva Bezerra - Diretor Presidente
Ewerton Aparecido Magalhães Carneiro - Contador - CRC 1SP-268250/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

Opinião; Examinamos as demonstrações contábeis da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus flu